



## EDITAL DE LICITAÇÃO

### EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 239/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TOCANTÍNIA-TO, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.341.668/0001-03, com endereço na Praça Frei Antônio de Ganses, nº 825, CEP: 77.640-000, Tocantínia - TO, neste ato representado por ANTÔNIO LUIZ CAMPOS, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, por meio de seu Agente de Contratação, o Sr. WILLIAM RODRIGUES DE CARVALHO, nomeado através do Decreto nº 007/2024, de 15 de janeiro de 2024, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 008/2024, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. O Edital encontra-se disponível no site <https://www.tocantinia.to.gov.br/embed-content/pagina-licitacoes>, bem como na página do provedor <https://bnc.org.br>.

**Data da Sessão: 20/05/2026**

**Horário: 09h30min**

**Local: BNC (Banco Nacional de Compras) – disponível no endereço eletrônico:**

<https://bnc.org.br>.

**Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote**

**Modo de Disputa: Aberto**

**Das Propostas:**

O encaminhamento das propostas ocorrerá exclusivamente por meio do sistema do Banco Nacional de Compras (BNC), no endereço eletrônico <https://bnc.org.br>, conforme os prazos abaixo:

**Início do recebimento das propostas: 07/07/2026, às 07h00min**

**Encerramento do recebimento das propostas: 20/05/2026, às 07h00min**

**Análise das propostas: 20/05/2026, das 07h30min às 09h00min**

## 1. DO OBJETO.

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de livros didáticos e paradidáticos, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Educação de Tocantínia – TO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será realizada em **lote único**, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, considerado o menor dispêndio



para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e em seus anexos.

**1.4.** A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de contratações frequentes e pela impossibilidade de definição precisa da demanda ao longo do período.

**1.5.** A adoção do lote único justifica-se pela necessidade de integração dos serviços, padronização da execução e maior eficiência na gestão contratual.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

FICHA	AÇÃO	DOTAÇÃO	FONTE	SUBELEMENTO
596	FUNDEB 30%-MANUT DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.6.12.361.16.2.159	1.540.0000.000000	339030
607	FUNDEB 30%-MANUT DE CRECHES - PRIMEIRA INFÂNCIA	5.6.12.365.66.2.193	1.542.0000.000000	339030
596	FUNDEB 30%-MANUT DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.6.12.361.16.2.159	1.550.0000.000000	339030

## 3. DO CREDENCIAMENTO.

**3.1.** O Pregão é o nível básico do registro cadastral no BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

**3.2.** O cadastro deverá ser feito no BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

**3.4.** O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/> e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**3.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS).

**4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

**4.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**4.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.3.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.3.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receberecitação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.3.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

**4.3.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**4.3.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**4.4.** A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

**4.5.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**4.5.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**4.5.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**4.5.3.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**4.5.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade



de declarar ocorrências posteriores;

**4.5.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

**4.5.6.** Que a proposta foi elaborada de forma independente;

**4.5.7.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.5.8.** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**4.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**5.6.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** Valor unitário dos itens e valor total do lote;
  - 6.1.2.** Descrição dos bens ofertados, conforme especificações constantes do Termo de Referência;
  - 6.1.3.** Prazo de entrega dos materiais, conforme estabelecido no Termo de Referência;
  - 6.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo informações compatíveis com as especificações do Termo de Referência, tais como título da obra, edição, ISBN, editora, bem como, quando aplicável, prazo de garantia e demais características pertinentes;
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, logísticos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6.** Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração, conforme parâmetros definidos no processo administrativo, nos termos da legislação vigente.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

---

- 7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.
- 7.9.** Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de **disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 7.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

---

Pregoeiros participantes do certame, publicada no BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/> quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

**7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.26.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.28.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**7.28.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.28.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

**7.28.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no



ambiente detrabalho, conforme regulamento;

**7.28.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**7.29.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.29.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.29.2.** Empresas brasileiras;

**7.29.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.29.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**7.30.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.30.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.30.2.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02:00 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.31.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**8.15.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.16.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

**8.17.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**8.17.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade



do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.18.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**8.19.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**8.20.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

**8.21.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.21.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.21.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.21.3.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 dias** úteis contados da solicitação.

**8.21.3.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**8.21.3.2.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.21.3.3.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

**8.21.3.4.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



- 8.21.3.5.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 8.21.3.6.** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 8.21.3.7.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 8.22.** A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.
- 8.23.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.24.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.25.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.25.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.25.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.26.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.27.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO.**

COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, E AINDA NOS SEGUINTE



## CADASTROS:

- 8.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/)).
- 8.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 8.1.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União –TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>):
- 8.1.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.1.4.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Gestora diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.1.4.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.1.4.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.1.5.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.1.6.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.
- 8.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 8.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 8.3.** Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por



cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico- financeira, salvo justificacão no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**8.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 horas** sob pena de inabilitação.

**8.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.7.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**9.8.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.8.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**9.8.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.8.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.8.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.8.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.8.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;



**9.8.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### **9.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**9.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**9.9.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; atualizado em até 60 dias, usando como marco a data de abertura deste certame;

**9.9.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.9.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.9.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**9.9.6.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

**9.9.7.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

**9.9.8.** Caso o licitante detentor do MENOR PREÇO seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **9.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

**9.10.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#); (Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados da data da sua emissão);

**9.10.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na formo art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**9.10.3.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de TocantÍNia

apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**9.10.3.1.** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

**9.10.3.2.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**9.10.3.3.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

**9.10.3.4.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**9.10.4.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Não Circulante}} \geq \text{LG}$$

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Não Circulante}} \geq \text{SG}$$

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq \text{LC}$$

**9.10.5.** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**9.10.6.** As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

**9.10.7.** As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-



financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

**9.10.8.** A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

### **9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

**9.11.1.** Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá

este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu, acompanhado de notas fiscais do devido fornecimento;

**9.12.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**9.13.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.14.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.15.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.16.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.17.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.18.** Os documentos que **não possuem prazo de vigência (inscrições, certificados, boletim de cadastros e similares)** estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos **90 (noventa) dias** até a data de abertura do certame, sob pena de inabilitação;



**9.19.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.20.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.13.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02:00 HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**10.13.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**10.13.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.14.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.14.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.15.** Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**10.15.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.16.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.17.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.18.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.13.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante



interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema obedecendo o tempo estabelecido pelo sistema. A ausência de manifestação por parte do interessado no ato do certame, bem como no sistema, decairá seu direito.

**11.14.** O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

**11.15.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.16.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.13.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.13.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.13.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.14.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.14.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.14.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br> sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.13.** Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**14.13.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

---

**15.13.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**15.14.** O adjudicatário terá o prazo de 05 dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

**15.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

**15.15.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**15.3.3.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**15.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**15.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**15.5.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**15.5.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**15.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.



## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

**16.13.** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Convenio, anexo a este Edital.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**17.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**18.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO**

**19.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 20.1.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 20.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 20.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 20.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 20.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 20.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**21.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;



- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**21.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**21.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**21.5.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município, estado e da união, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**21.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**21.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**20.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.



**20.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.**

**20.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**20.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**20.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvoquando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**20.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**20.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**20.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordemgeral, serão cadastradas no sítio **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**20.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## **21.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

**21.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.**

**21.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**21.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**21.5.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

---

**21.6.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.7.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.8.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.10.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**21.11.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**21.11.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**21.12.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**21.13.** O fundo municipal de educação de Tocantínia-TO, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**21.13.1.** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

**21.13.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**21.14.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**21.15.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, <https://www.tocantinia.to.gov.br/embed-content/pagina-licitacoes>, <https://www.tce.to.gov.br/sistemas/sicap-lco>, E-mail: [licitatocantinia2025@gmail.com](mailto:licitatocantinia2025@gmail.com) e também poderão ser lidos e/ou obtidos na com endereço na Praça Frei Antonio de Ganses, nº 825, CEP: 77.640-000, Tocantínia – TO, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

**21.16.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:  
**APÊNDICE – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de TocantÍNia

---

**ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA  
**ANEXO II** - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;  
**ANEXO III** – MODELO DE DECLARAÇÃO  
UNIFICADA;  
**ANEXO IV**- MINUTA DO CONTRATO;  
**ANEXO V**- MINUTA DE ATA DE REGISTRO

Tocantinia, 05 de maio de 2026.

**WILLIAM RODRIGUES DE CARVALHO**  
Agente de Contratação



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de livros didáticos e paradidáticos destinados à rede municipal de ensino de Tocantínia – TO.**

**1.2. A contratação será realizada em lote único, conforme planilha abaixo, visando assegurar a padronização, compatibilidade entre os componentes e maior eficiência na gestão contratual.**

**1.3. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento.**

LOTE - 01						
ITEM	APROVADA	UN.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MEDIA	
					UNITARIO	TOTAL
1	60	UND	17685	LIVRO DE MATEMÁTICA 7º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-180-5 DE 2024.	R\$ 275,05	R\$ 16.503,20
2	8	UND	17686	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR MATEMÁTICA 7º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-158-4 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.200,43
3	60	UND	17687	LIVRO DE MATEMÁTICA 8º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-159-1 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 16.503,20
4	8	UND	17688	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR MATEMÁTICA 8º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-179-9 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.200,43
5	40	UND	17689	LIVRO DE MATEMÁTICA 9º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-181-2 ANO 2024	R\$ 275,05	R\$ 11.002,13
6	5	UND	17690	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR MATEMÁTICA 9º ANO, 2ª EDIÇÃO, 978-85-8409-177-5 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 1.375,27
7	80	UND	17691	LIVRO CIÊNCIAS DA NATUREZA 2º ANO, 1ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-196-6, ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
8	10	UND	17692	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA 2º ANO, 1ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-192-8 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
9	80	UND	17693	LIVRO CIÊNCIAS DA NATUREZA 5 ANO, 1ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-194-2 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
10	10	UND	17694	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA 5º ANO, 1ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-190-4 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
11	40	UND	17695	LIVRO CIÊNCIAS DA NATUREZA 9º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-184-3 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 11.002,13
12	5	UND	17696	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA 9º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-191-1 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 1.375,27
13	80	UND	17697	LIVRO CIÊNCIAS HUMANAS 2º ANO, 1ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-198-0 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
14	10	UND	17698	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR CIÊNCIAS HUMANAS 2º ANO, 1ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-197-3 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
15	80	UND	17699	LIVRO CIÊNCIAS HUMANAS 5º ANO, 1ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-185-0 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

16	40	UND	17700	LIVRO CIÊNCIAS HUMANAS 9º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-193-5 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 11.002,13
17	5	UND	17701	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR CIÊNCIAS HUMANAS 9º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-187-4 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 1.375,27
18	10	UND	17702	LIVRO DO GESTOR - FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-188-1 ANO 2024.	R\$ 107,64	R\$ 1.076,40
19	10	UND	17703	LIVRO DO GESTOR - FUNDAMENTAL ANOS FINAIS, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-189-8 ANO 2024.	R\$ 107,64	R\$ 1.076,40
20	50	UND	17704	LIVRO DIÁRIO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-195-9	R\$ 57,60	R\$ 2.880,00
21	80	UND	17705	LIVRO LINGUA PORTUGUESA 1º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-148-5 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
22	10	UND	17706	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA 1º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-183-6 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
23	80	UND	17707	LIVRO LINGUA PORTUGUESA 2º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-153-9 ANO 2024	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
24	10	UND	17708	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA 2º ANO, 2ª EDIÇÃO ISBN 978-85-8409-167-6 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
25	80	UND	17709	LIVRO LINGUA PORTUGUESA 3º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-169-0 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
26	10	UND	17710	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA 3º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-171-3 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
27	80	UND	17711	LIVRO LINGUA PORTUGUESA 4º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-156-0 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
28	10	UND	17712	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA 4º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-151-5 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
29	80	UND	17713	LIVRO LINGUA PORTUGUESA 5º ANO, 2ª EDIÇÃO, 978-85-8409-150-8 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
30	10	UND	17714	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA 5º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-149-2 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
31	60	UND	17715	LIVRO LINGUA PORTUGUESA 6º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-168-3 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 16.503,20
32	8	UND	17719	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA 6º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-170-6 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.200,43
33	60	UND	17720	LIVRO LINGUA PORTUGUESA 7º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-166-9 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 16.503,20
34	8	UND	17721	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA 7º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-154-6 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.200,43
35	60	UND	17722	LIVRO LINGUA PORTUGUESA 8º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-152-2 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 16.503,20
36	8	UND	17723	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA 8º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-182-9 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.200,43
37	40	UND	17724	LIVRO LINGUA PORTUGUESA 9º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-155-3 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 11.002,13
38	5	UND	17725	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA 9º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-165-2 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 1.375,27
39	80	UND	17726	LIVRO MATEMÁTICA 1º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-178-2 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

40	10	UND	17727	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR MATEMÁTICA 1º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-157-7 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
41	80	UND	17728	LIVRO DE MATEMÁTICA 2º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-163-8 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
42	10	UND	17729	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR MATEMÁTICA 2º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-161-4 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
43	80	UND	17730	LIVRO MATEMÁTICA 3º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-175-1 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
44	10	UND	17731	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR MATEMÁTICA 3º ANO, 2ª EDIÇÃO ISBN 978-85-8409-162-1 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
45	80	UND	17732	LIVRO MATEMÁTICA 4º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-164-5 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
46	10	UND	17733	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR MATEMÁTICA 4º ANO. 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-173-7 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
47	80	UND	17734	LIVRO MATEMÁTICA 5º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-172-0 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 22.004,27
48	10	UND	17735	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR MATEMÁTICA 5º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-174-4 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53
49	60	UND	17736	LIVRO MATEMÁTICA 6º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-160-7 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 16.503,20
50	8	UND	17737	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR MATEMÁTICA 6º ANO, 2ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-176-8 ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.200,43
51	430	UND	17743	LIVRO POVOS DO BRASIL 1, EDUCAÇÃO INFANTIL, ISBN 978-85-8409-308-3.	R\$ 202,67	R\$ 87.146,67
52	430	UND	17744	CADERNO POVOS DO BRASIL 1, EDUCAÇÃO INFANTIL, ISBN 978-85-8409-313-7.	R\$ 202,67	R\$ 87.146,67
53	30	UND	17745	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR POVOS DO BRASIL 1, EDUCAÇÃO INFANTIL, ISBN 978-85-8409-370-0.	R\$ 61,40	R\$ 1.842,00
54	430	UND	17746	LIVRO POVOS DO BRASIL 2, EDUCAÇÃO INFANTIL, ISBN 978-85-8409-339-7.	R\$ 202,67	R\$ 87.146,67
55	430	UND	17747	CADERNO POVOS DO BRASIL 2, EDUCAÇÃO INFANTIL, ISBN 978-85-8409-340-3.	R\$ 202,67	R\$ 87.146,67
56	30	UND	17748	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR POVOS DO BRASIL 2, EDUCAÇÃO INFANTIL.	R\$ 61,40	R\$ 1.842,00
57	80	UND	17749	LIVRO POVOS DO BRASIL 3, 1º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, ISBN 978-85-8409-333-5.	R\$ 202,67	R\$ 16.213,33
58	80	UND	17750	CADERNO POVOS DO BRASIL 3, 1º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, ISBN 978-85-8409-337-3.	R\$ 202,67	R\$ 16.213,33
59	10	UND	17751	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR POVOS DO BRASIL 3, 1º ANO ENSINO FUNDAMENTAL ISBN 978-85-8409-375-5.	R\$ 61,40	R\$ 614,00
60	80	UND	17752	LIVRO POVOS DO BRASIL 4, 2º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, ISBN 978-85-8409-323-6.	R\$ 202,67	R\$ 16.213,33
61	80	UND	17753	CADERNO POVOS DO BRASIL 4, 2º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, ISBN 978-85-8409-329-8	R\$ 202,67	R\$ 16.213,33
62	10	UND	17754	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR POVOS DO BRASIL 4, 2º ANO ENSINO FUNDAMENTAL ISBN 978-85-8409-369-4.	R\$ 61,40	R\$ 614,00



ESTADO DO TOCANTINS  
 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
 Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

63	80	UND	17755	LIVRO POVOS DO BRASIL 5, 3º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, ISBN 978-85-8409-321-2.	R\$ 202,67	R\$ 16.213,33
64	80	UND	17756	CADERNO POVOS DO BRASIL 5, 3º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, 978-85-8409-336-6.	R\$ 202,67	R\$ 16.213,33
65	10	UND	17757	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR POVOS DO BRASIL 5, 3º ANO ENSINO FUNDAMENTAL ISBN 978-85-8409-381-6..	R\$ 61,40	R\$ 614,00
66	80	UND	17758	LIVRO POVOS DO BRASIL 6, 4º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, ISBN 978-85-8409-317-5.	R\$ 202,67	R\$ 16.213,33
67	80	UND	17759	CADERNO POVOS DO BRASIL 6, 4º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, ISBN 978-85-8409-314-4.	R\$ 202,67	R\$ 16.213,33
68	10	UND	17760	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR POVOS DO BRASIL 6, 4º ANO ENSINO FUNDAMENTAL ISBN 978-85-8409-366-3..	R\$ 61,40	R\$ 614,00
69	70	UND	17761	LIVRO POVOS DO BRASIL 7, 5º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, ISBN 978-85-8409-331-1.	R\$ 202,67	R\$ 14.186,67
70	70	UND	17762	CADERNO POVOS DO BRASIL 7, 5º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, ISBN 978-85-8409-315-1.	R\$ 202,67	R\$ 14.186,67
71	7	UND	17763	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR POVOS DO BRASIL 7, 5º ANO ENSINO FUNDAMENTAL, ISBN 978-85-8409-372-4.	R\$ 61,40	R\$ 429,80
72	7	UND	17764	LIVRO COLEÇÃO PERIPÉCIAS, CRECHE - LIVRO DO PROFESSOR, ISBN 978-85-8409-272-7.	R\$ 122,00	R\$ 854,00
73	80	KIT	17765	KIT COLEÇÃO PERIPÉCIAS CONTENDO: CAIXA/JOGO, 64 FICHAS, 7 FICHAS COMPLEMENTARES E 1 LIVRO DE LITERATURA, 2 ANOS LIVRO DO ALUNO, ISBN 978-85-8409-273-4.	R\$ 808,67	R\$ 64.693,33
74	5	UND	17766	LIVRO COLEÇÃO PERIPÉCIAS - MANUAL DO PROFESSOR, 2 ANOS - LIVRO DO PROFESSOR, ISBN 978-85-8409-281-9.	R\$ 122,00	R\$ 610,00
75	80	KIT	17767	KIT COLEÇÃO PERIPÉCIAS CONTENDO: CAIXA/JOGO, 64 FICHAS, 5 FICHAS COMPLEMENTARES, 1 LIVRO DE LITERATURA, 3 ANOS - LIVRO DO ALUNO, ISBN 978-85-8409-268-0.	R\$ 808,67	R\$ 64.693,33
76	8	UND	17768	LIVRO COLEÇÃO PERIPÉCIAS - MANUAL DO PROFESSOR, 3 ANOS LIVRO DO PROFESSOR, ISBN 978-85-8409-270-3.	R\$ 122,00	R\$ 976,00
77	80	UND	17769	KIT COLEÇÃO PERIPÉCIAS CONTENDO : 1 CAIXA/JOGO, 1 LIVRO DE EXPLORAÇÕES, 1 FIGUOTECA, 1 ENCICLOPÉDIA DE FOLHAS E 1 LIVRO DE LITERATURA, 4 ANOS - LIVRO DO ALUNO, ISBN 978-85-8409-284-0.	R\$ 808,67	R\$ 64.693,33
78	8	UND	17770	LIVRO COLEÇÃO PERIPÉCIAS MANUAL DO PROFESSOR, 4 ANOS - LIVRO DO PROFESSOR, ISBN 978-85-8409-275-8.	R\$ 122,00	R\$ 976,00
79	80	UND	17771	KIT COLEÇÃO PERIPÉCIAS CONTENDO: 1 CAIXA/JOGO, 1 LIVRO DE EXPLORAÇÕES, 1 FIGUOTECA, 1 ENCICLOPÉDIA DE FOLHAS E 1 LIVRO DE LITERATURA, 5 ANOS LIVRO DO ALUNO, ISBN 978-85-8409-276-5.	R\$ 808,67	R\$ 64.693,33
80	10	UND	17797	LIVRO MANUAL DO PROFESSOR CIÊNCIAS HUMANAS 5º ANO, 1ª EDIÇÃO, ISBN 978-85-8409-186-7, ANO 2024.	R\$ 275,05	R\$ 2.750,53



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

81	8	UND	17798	LIVRO COLEÇÃO PERIPÉCIAS - MANUAL DO PROFESSOR, 5 ANOS LIVRO DO PROFESSOR, ISBN 978-85-8409-278-9.	R\$ 122,00	R\$ 976,00
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>R\$ 1.289.733,16</b>

**1.4. O valor global estimado da contratação é de R\$ 1.289.733,16 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e três reais e dezesseis centavos).**

**1.5.** Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, encontram-se nos autos do processo administrativo.

**1.6.** O objeto caracteriza-se como **bem comum**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

**1.7.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

**1.8.** Os contratos dela decorrentes terão vigência conforme estabelecido no respectivo instrumento contratual.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.**

A presente contratação destina-se à aquisição de livros didáticos e paradidáticos, com vistas a atender às necessidades da rede municipal de ensino de Tocantínia – TO, contemplando estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, bem como os profissionais da educação.

A disponibilização de materiais pedagógicos adequados é fundamental para o desenvolvimento das atividades educacionais, uma vez que os livros didáticos constituem instrumentos essenciais para a organização do processo de ensino-aprendizagem, permitindo ao docente estruturar o planejamento das aulas e desenvolver as competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Além disso, os livros paradidáticos desempenham papel complementar relevante, ao promover o incentivo à leitura, o desenvolvimento da imaginação, da criticidade e da ampliação do repertório cultural dos estudantes, contribuindo para uma formação mais ampla e significativa.

A necessidade da contratação também está relacionada à melhoria do desempenho educacional dos alunos da rede municipal, especialmente no que se refere às avaliações externas, como aquelas realizadas no âmbito do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, possibilitando diagnósticos mais precisos e a adoção de estratégias pedagógicas direcionadas à recomposição das aprendizagens.

A aquisição de coleções estruturadas de Língua Portuguesa e Matemática permitirá maior padronização do ensino, melhor acompanhamento dos níveis de aprendizagem e implementação de ações pedagógicas baseadas em evidências, contribuindo para a elevação dos indicadores educacionais do município, especialmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Destaca-se, ainda, a relevância da inclusão de materiais voltados à valorização da diversidade cultural,



como obras que abordam a pluralidade étnica e social brasileira, promovendo o respeito às diferenças e contribuindo para a formação cidadã dos estudantes.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza variável da demanda, uma vez que a aquisição dos materiais ocorrerá conforme a necessidade da Administração, permitindo maior flexibilidade na gestão dos recursos públicos, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

A contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional e ao Plano de Contratações Anual, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e promoção da qualidade da educação.

### **3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

A seleção do fornecedor será realizada por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, sob o sistema de registro de preços, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista observarão as disposições da legislação vigente, bem como as condições estabelecidas no Edital.

Os critérios de qualificação econômico-financeira deverão demonstrar a capacidade do licitante em cumprir as obrigações decorrentes da contratação, garantindo a adequada execução do fornecimento durante toda a vigência contratual.

#### **Quanto à qualificação técnica, os licitantes deverão apresentar:**

- a) atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de materiais didáticos e/ou pedagógicos compatíveis com o objeto da licitação;
- b) os atestados deverão conter identificação do emitente, CNPJ, endereço, data de emissão e assinatura do responsável;
- c) quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado, deverão estar acompanhados de documentos que comprovem a efetiva execução do fornecimento, tais como contratos ou notas fiscais;
- d) comprovação de que os materiais ofertados atendem às especificações técnicas e pedagógicas exigidas, incluindo alinhamento à Base Nacional Comum Curricular – BNCC e apresentação de ISBN válido;
- e) comprovação de que os materiais ofertados integram solução pedagógica estruturada, contemplando livros do aluno, manuais do professor, materiais complementares e, quando aplicável, recursos digitais e assessoria pedagógica;
- f) será exigida a apresentação de amostras do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, que serão avaliadas por equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, com base em critérios



objetivos, tais como qualidade editorial, adequação pedagógica, alinhamento à BNCC, organização didática, linguagem, ilustração e compatibilidade com as faixas etárias atendidas;

g) quando aplicável, comprovação da disponibilização de recursos digitais e/ou plataforma educacional integrada ao material didático;

h) poderá ser exigida declaração de que a empresa possui capacidade de fornecimento compatível com a demanda da Administração.

A adoção do critério de julgamento por lote justifica-se pela necessidade de padronização pedagógica, integração metodológica e compatibilidade entre os materiais didáticos, garantindo maior eficiência na execução da política educacional e evitando prejuízos decorrentes da aquisição fragmentada.

#### **4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

**4.1.** O fornecimento dos livros didáticos e paradidáticos será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Educação de Tocantínia – TO, mediante emissão de ordem de fornecimento.

**4.2.** O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

**4.3.** A entrega deverá ocorrer em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, no Município de Tocantínia – TO, em dias úteis e horário comercial.

**4.4.** Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados e em perfeitas condições de uso, livres de avarias, defeitos de fabricação, rasuras ou danos decorrentes de transporte.

**4.5.** Os livros deverão atender integralmente às especificações técnicas e pedagógicas constantes neste Termo de Referência, especialmente quanto à conformidade com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

**4.6.** Todos os livros deverão possuir ISBN válido e regular, emitido pela Câmara Brasileira do Livro.

**4.7.** Os materiais deverão apresentar padrão de qualidade editorial adequado, incluindo impressão legível, encadernação resistente, boa apresentação gráfica, organização didática compatível com a faixa etária e ausência de falhas.

**4.8.** Quando previsto, os materiais deverão incluir recursos complementares, tais como plataforma digital, conteúdos interativos e suporte pedagógico, com disponibilização de acesso e orientações de uso.

**4.9.** O recebimento do objeto será realizado em duas etapas:

a) recebimento provisório, no ato da entrega, para conferência quantitativa, verificação das condições aparentes e conformidade com a ordem de fornecimento;

b) recebimento definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias, após análise técnica pela equipe designada pela Secretaria Municipal de Educação, que verificará a conformidade com as especificações deste Termo de Referência.



**4.10.** A contratada deverá apresentar, no ato da entrega, documento contendo a relação detalhada dos materiais fornecidos, com:

- a) descrição dos itens;
- b) quantitativos entregues;
- c) identificação dos títulos e respectivos ISBN;

**4.11.** Os materiais fornecidos deverão possuir garantia quanto à qualidade, obrigando-se a contratada a substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aqueles que apresentarem defeitos, vícios ou desconformidade com o objeto contratado.

**4.12.** Caso sejam identificadas irregularidades ou não conformidade com as especificações exigidas, a contratada deverá proceder à substituição integral dos materiais rejeitados, sem ônus para a Administração.

**4.13.** O descumprimento dos prazos de entrega ou o fornecimento de materiais em desacordo com este Termo de Referência sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

**4.14.** A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade e adequação dos materiais fornecidos.

**4.15.** A contratada deverá garantir a integridade dos materiais durante o transporte, sendo responsável por quaisquer danos até o recebimento definitivo.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**

**5.1.** São obrigações da Contratante:

**5.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora;

**5.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações técnicas e pedagógicas constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**5.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, divergências ou irregularidades verificadas nos materiais fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos;

**5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão especialmente designada, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**5.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

**5.1.6.** Emitir as ordens de fornecimento, conforme a necessidade da Administração, observando os quantitativos registrados na ata de registro de preços;

**5.1.7.** Disponibilizar local adequado para o recebimento dos materiais, garantindo condições apropriadas para conferência e armazenamento;

**5.1.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto, quando solicitados pela Contratada;

**5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



### **5.3. DO PAGAMENTO**

O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal eletrônica devidamente atestada pelo fiscal do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega e do recebimento definitivo dos materiais, observadas as condições estabelecidas no Edital e na legislação vigente.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

**6.1.** A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Edital, em seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando ainda as seguintes disposições:

**6.1.1.** Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme as especificações, prazos e locais constantes no Termo de Referência, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar as indicações referentes à marca, procedência e prazo de validade, quando aplicável.

**6.1.2.** Realizar o fornecimento dentro das especificações e condições constantes da proposta vencedora, bem como deste Edital e seus anexos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da solicitação de entrega.

**6.1.3.** Efetuar a entrega dos materiais na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Praça Frei Antônio de Ganses, nº 825, CEP 77.640-000, Tocantínia – TO, e nas secretarias das unidades escolares indicadas pela Administração, conforme as solicitações de compra emitidas.

**6.1.4.** Responsabilizar-se pelos vícios, defeitos e danos decorrentes do fornecimento, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

**6.1.5.** Reparar, corrigir, substituir ou complementar, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais que apresentem defeitos, irregularidades ou divergências em relação às especificações, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação da contratante.

**6.1.6.** Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, quaisquer motivos que impeçam o cumprimento do prazo previsto, apresentando a devida justificativa e comprovação.

**6.1.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.1.8.** Indicar preposto devidamente autorizado para representá-la durante a execução contratual e responder prontamente às solicitações da Administração.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO.**

**7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.**

**8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



## 9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

- 9.1.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.
- 9.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.4.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
- 9.5.** O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).
- 9.6.** A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário).

## 10. DO PAGAMENTO.

- 10.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.
- 10.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.
- 10.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá



realizar consulta on- line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**10.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

**11.10.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**10.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.11.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**11.11.2.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = IPCA, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = ***$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO REAJUSTE.

**11.1.** Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

**11.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**11.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentarmemória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**11.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**11.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



**11.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**11.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

**12.1.** Será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, **correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato.**

**12.2.** A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro garantia;
- c) fiança bancária;

**12.3.** Recomenda-se a modalidade seguro garantia, em razão de sua eficiência operacional e menor impacto administrativo.

**12.4.** A garantia tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à qualidade dos materiais fornecidos e aos prazos de entrega.

**12.5.** A garantia será liberada após o cumprimento integral das obrigações contratuais.

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**13.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

**13.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

**13.1.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**13.1.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**13.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**13.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**13.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**13.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**13.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**13.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**13.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**13.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.



**13.5.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Tocantínia – TO, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**13.5.1.** Caso a Administração determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.6.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município de Tocantínia – TO poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

**13.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.8.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública, cópias do processo administrativo serão remetidas à autoridade competente, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**13.9.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**13.10.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica.

**13.11.** As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão oficial do Município de Tocantínia – TO.

#### **14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

**14.1.** O custo estimado da contratação é de **o R\$ 1.289.733,16 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e três reais e dezesseis centavos).**

#### **15. DISPOSIÇÕES FINAIS.**

**15.1.** A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irreatável de todos os termos, regras e condições estabelecidos.

**15.2.** Os preços apresentados deverão incluir todas as despesas necessárias para a execução do objeto, tais como custos com pessoal, materiais, encargos, tributos, transporte, taxas e quaisquer outras despesas correlatas.

Tocantínia, 27 de abril 2026.

**WILLIAM RODRIGUES DE CARVALHO**  
Agente de Contratação/Pregoeiro



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TOCANTÍNIA – TO

Proposta apresentada pela empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026.

Oferecemos ao Fundo Municipal de Educação de Tocantínia – TO os preços abaixo indicados, para o fornecimento dos materiais descritos no Anexo I – Termo de Referência:

ITEM	Descrição	Marca	Unid.	Qtde.	VI. Unit.	VI. Total
<b>Valor Global</b>						

*\*Obs: O proponente deve, obrigatoriamente, descrever os produtos efetivamente ofertados, se vinculando tão somente às exigências mínimas constantes no presente Edital.*

O VALOR TOTAL GERAL para o(s) grupo(s) ofertado(s) por esta empresa é de: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**DADOS DA EMPRESA, PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO:**

- a) Razão Social: \_\_\_\_\_;  
b) CGC (MF) nº: \_\_\_\_\_;  
c) Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_;  
d) Endereço: \_\_\_\_\_;  
e) Fone: \_\_\_\_\_ Fax (se houver): \_\_\_\_\_;  
f) CEP: \_\_\_\_\_; e  
g) Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_;  
h) Banco \_\_\_\_\_ Agência nº: \_\_\_\_\_ Conta nº: \_\_\_\_\_.

**DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO, PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO:**

Nome: \_\_\_\_\_;  
RG nº: \_\_\_\_\_;  
CPF nº: \_\_\_\_\_;  
Cargo/Função ocupada: \_\_\_\_\_;



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantína

---

Fone: \_\_\_\_\_.

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ (não inferior a 60 dias), conforme IN 05/2014 do MPOG, contado da data da entrega de seu respectivo envelope.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.**



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantína

ANEXO III - DECLARAÇÃO CONJUNTA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 239/2026**

AO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINIA

\_\_\_\_\_, PORTADOR DO RG \_\_\_\_\_, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE  
RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, \_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_,

- Declaro que a empresa se sujeita integralmente às condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº **005/2026** e que acatará as decisões da Administração quanto à habilitação somente das licitantes que atenderem às exigências editalícias e demonstrarem capacidade para executar o objeto..
- Declaro inexistirem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da empresa..
- Declaro, para fins do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que a empresa não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- Declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:
  - a) A proposta apresentada foi elaborada de forma independente e seu conteúdo não foi informado, discutido ou recebido, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por qualquer outro participante do Pregão Eletrônico nº **005/2026**.
  - b) A intenção de participar do certame não foi informada, discutida ou recebida por outro participante, potencial ou efetivo.
  - c) Não influenciei, por qualquer meio, outro participante, potencial ou efetivo, quanto à decisão de participar ou não da licitação.
  - d) A proposta apresentada não será comunicada ou discutida com qualquer outro participante antes da adjudicação do objeto.
  - e) A proposta não foi, total ou parcialmente, informada, discutida ou recebida de qualquer servidor ou agente público do órgão licitante antes da abertura oficial.
  - f) Estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e possuo poderes para firmá-la.
- **Declaro, sob as penalidades legais, que a empresa se enquadra como (assinalar apenas uma opção):**
  - ( ) Microempresa – ME
  - ( ) Empresa de Pequeno Porte – EPP
  - ( ) Não se enquadra como ME ou EPP



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantína

---

- **Observações:**
  - Esta declaração deve ser preenchida somente por licitantes enquadradas como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006.
  - A ausência desta declaração implica no não enquadramento como ME ou EPP.
- Declaro que a empresa não sofreu sanção de suspensão de participar de licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública, em quaisquer esferas, nem possui declaração de inidoneidade vigente..
- Declaro, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que a empresa cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão Eletrônico nº **005/2026**, promovido pelo **Fundo Municipal de Educação de Tocantína – TO**, no âmbito do Processo Administrativo nº **239/2026**.

**Local:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do Representante Legal

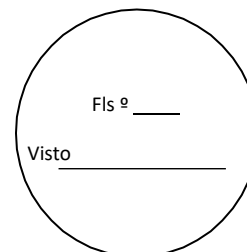
Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia



**ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/20\_\_**

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº ...../2026, QUE FAZEM ENTRE SI E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA /TO E A EMPRESA.**

**CONTRATANTE:** O O Fundo Municipal de Educação de Tocantínia – TO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.341.668/0001-03, com sede na Praça Frei Antônio de Ganses, nº 825, CEP 77.640-000, Tocantínia – TO, neste ato representado por ANTÔNIO LUIZ CAMPOS, doravante denominado CONTRATANTE.

**CONTRATADA:** [Nome da empresa], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [número], com sede na [endereço completo], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) [nome do representante], portador(a) da Carteira de Identidade nº [número], expedida por [órgão expedidor], e CPF nº [número].

Tendo em vista o que consta no Processo nº [número] e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 123/2006, as partes resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 005/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é o fornecimento de livros didáticos e paradidáticos, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Educação de Tocantínia – TO, conforme quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, que integra o Edital do **Pregão Eletrônico nº 005/2026, Processo nº 239/2026.**

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026, à Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3.** Discriminação do objeto:

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITARIO	VALOR
<b>VALOR TOTAL:</b>					

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA.**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

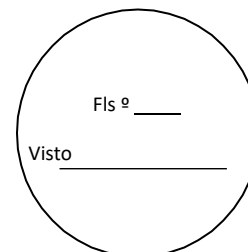
**3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO.**

**3.1.** O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... ( ).

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia



#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

FICHA	AÇÃO	DOTAÇÃO	FONTE	SUBELEMENTO
596	FUNDEB 30%-MANUT DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.6.12.361.16.2.159	1.540.0000.0000000	339030
607	FUNDEB 30%-MANUT DE CRECHES - PRIMEIRA INFÂNCIA	5.6.12.365.66.2.193	1.542.0000.0000000	339030
596	FUNDEB 30%-MANUT DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.6.12.361.16.2.159	1.550.0000.0000000	339030

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO

1.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se estabelecidos no Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

1.2. Em caso de atraso de pagamento por parte da Administração Pública, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato/Edital.

#### 7. CLAUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 30 dias úteis.

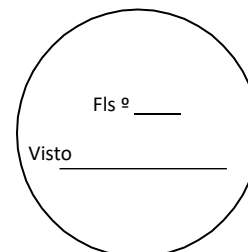
7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 30 dias úteis.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### 9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.



## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por **Higor Sansão Alencar Santana**, Portaria nº 005/2026, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista na Lei nº 14.133/2021.

13.4. O termo de extinção será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas eventualmente aplicáveis.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

15.1. É VEDADO À CONTRATADA:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

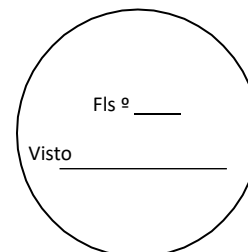
## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia



15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.**

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.**

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.**

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Miracema - TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., ..... DE..... DE 2026.

**ANTÔNIO LUIZ CAMPOS**  
**Gestora Municipal**

Empresa  
Nome do representante  
Representante



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS \_\_\_\_/2026

O Fundo Municipal de Educação de Tocantínia – TO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.341.668/0001-03, com sede na Praça Frei Antônio de Ganses, nº 825, CEP 77.640-000, Tocantínia – TO, neste ato representado por seu gestor, Sr. Antônio Luiz Campos, portador do CPF nº 585.478.601-00, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 005/2026, Processo Administrativo nº 239/2026, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

**1. DO OBJETO**

**1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de livros didáticos e paradidáticos, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Educação de Tocantínia – TO, conforme condições estabelecidas no Edital nº 005/2026 e seus anexos.**

**1.2.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência e as propostas cujos preços tenham sido registrados.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca ( <i>se exigida no edital</i> )	Modelo ( <i>se exigido no edital</i> )	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**3.1.** O órgão gerenciador será A PREFEITURA MUNICIPAL.

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

---

- 4.1.** Durante a vigência da Ata, os órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento inicial poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1.** Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2.** Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os praticados no mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.1.3.** Consulta e aceitação prévias do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor registrado.
- 4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora somente será concedida após a anuência do fornecedor.
- 4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões que possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação no prazo de até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.
- 4.4.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação devidamente justificada pelo órgão ou entidade não participante, desde que aceita pelo órgão gerenciador e respeitado o prazo de vigência da Ata.
- 4.5.** O órgão ou entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na condição de não participante, exclusivamente para os itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos estabelecidos no subitem 4.1.

#### **DOS LIMITES PARA AS ADESÕES**

- 4.6.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os participantes.
- 4.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata.
- 4.8.** A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ocorrer para fins de transferências voluntárias, não se sujeitando ao limite previsto no subitem **4.7**, desde que destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

#### **VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

- 4.9.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.



## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços.

**5.1.1.** Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência estabelecida no respectivo instrumento contratual e observarão, no momento da contratação e em cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.1.2.** Na formalização do contrato ou de instrumento equivalente, deverá ser indicada a disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**5.2.1.** O instrumento de que trata o subitem anterior deverá ser formalizado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**5.3.** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**5.4.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

**5.4.1.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata;

**5.4.2.** Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital;

**5.4.3.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor, nas hipóteses previstas neste instrumento.

**5.5.** O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e permanecerá disponível durante toda a vigência da Ata.

**5.6.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**5.6.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada do convocado e aceita pela Administração.

**5.7.** A Ata de Registro de Preços será assinada preferencialmente por meio eletrônico e disponibilizada no sistema oficial adotado pela Administração.

**5.8.** Quando o convocado não assinar a Ata no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.9.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

**5.9.1.** Convocar os demais licitantes ou fornecedores remanescentes para negociação, visando à obtenção de preço mais vantajoso; ou

**5.9.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

---

**5.10.** A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.1.3.** Na hipótese de previsão, no Edital, de cláusula de reajustamento dos preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**6.1.3.1.** No caso de reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto no instrumento convocatório;

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Não sendo obtido êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento do registro de preços, adotando as medidas necessárias para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.2.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratações decorrentes da Ata, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de promover a revisão contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, poderá requerer ao órgão gerenciador a revisão do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que inviabilize o cumprimento do compromisso.

**7.2.1.** O fornecedor deverá instruir o pedido com documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Não sendo comprovada a ocorrência de fato superveniente, o pedido será indeferido, devendo o fornecedor cumprir as obrigações assumidas, sob pena de cancelamento do registro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para verificar a possibilidade de manutenção dos preços registrados.

**7.2.4.** O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratações decorrentes da Ata acerca da alteração dos preços registrados, para que avaliem a necessidade de revisão contratual, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

- 8.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
- 8.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- 8.1.3.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- 8.1.3.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, optar pela manutenção do registro de preços, ficando vedadas as contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.2.** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no subitem 8.1, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, para verificar a possibilidade de manutenção dos preços registrados.
- 8.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.4.1.** Por razões de interesse público;
- 8.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- 8.4.3.** Quando não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos arts. 26, § 3º, e 27, § 4º, do Decreto nº 11.462/2023.

## **9. DAS PENALIDADES**

- 9.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.
- 9.2.** Compete ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do disposto nesta Ata, exceto nas hipóteses em que o descumprimento estiver relacionado às contratações realizadas pelos órgãos ou entidades participantes, caso em que caberá ao respectivo órgão ou entidade a aplicação da penalidade.
- 9.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador quaisquer ocorrências relacionadas ao descumprimento da Ata, para fins de instauração de procedimento administrativo e eventual cancelamento do registro do fornecedor.

## **10. CONDIÇÕES GERAIS**

- 10.1.** As condições gerais de execução do objeto, incluindo prazos de entrega e recebimento, obrigações das partes, penalidades e demais disposições aplicáveis, encontram-se definidas no Termo de Referência, que integra o Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, a qual, depois de lida e achada em conformidade, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos órgãos participantes, quando houver.

Tocantínia – TO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Representante legal do órgão gerenciador

Local e data Assinaturas



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA  
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia

---

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)